



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Prolongamento da SP – 083 – Segmento entre as Rodovias Anhanguera e Miguel Melhado Campos”, de responsabilidade da Concessionária Rota das Bandeiras, realizada no dia 7 de fevereiro de 2013, na cidade de Campinas.

Realizou-se, no dia 07 de fevereiro de 2013, às 17 horas, no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, na Avenida Anchieta, 200, Centro, Campinas/SP, Mário Covas, Avenida Goiás, nº 187, Indaiá, Caraguatatuba/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Prolongamento da SP – 083 – Segmento entre as Rodovias Anhanguera e Miguel Melhado Campos”, responsabilidade da Concessionária Rota das Bandeiras. do Departamento de Estrada de Rodagens e da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A (Processo 100/2012). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos *Excelentíssimos* Senhores Henrique Magalhães Teixeira, Vice-Prefeito do Município de Campinas; Ulysses Cidade Semeghini, Secretário de Planejamento e de Desenvolvimento Urbano do Município de Campinas; Rogério Menezes, Secretário do Verde e do Desenvolvimento Sustentável do Município de Campinas; e Sérgio Benassi, Secretário de Transporte do Município de Campinas e, também, representante do *Excelentíssimo* Senhor Prefeito Jonas Donizete –; do Poder Legislativo – nas pessoas dos *Ilustríssimos* Senhores Luís Carlos Rossini, Neusa do São João, Paulo Gualtério, Jorge da Farmácia, Carlos Luiz Gregório, Dinho, todos Vereadores do Município de Campinas; dos *Ilustríssimos* Senhores Jorge Lage e Márcia Calamar, representantes, respectivamente, da Deputada Célia Leão e do Secretário Municipal de Serviços Públicos do Município de Campinas; e Alan Barbosa Lopes, Assessor Parlamentar –; dos órgãos públicos – na pessoa do *Excelentíssimo* Senhor Rodrigo Sanches Garcia, representante do GAEMA – Grupo de Atuação Especial em Defesa do Meio Ambiente –; das organizações da sociedade civil, dos órgãos públicos, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Prolongamento da SP – 083 – Segmento entre as Rodovias Anhanguera e Miguel Melhado Campos”, de responsabilidade do Departamento de Concessionária Rota das Bandeiras. (Proc. 100/2012). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Após declarar que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, e composta também por até dois membros do CONSEMA – mas que nenhum deles até então havia comparecido – e por um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, o Engº. Rodrigo Passos Cunha, vinculado à Divisão de Avaliação de Projetos de Transportes Rodoviários da CETESB, onde tramitava o processo de licenciamento do empreendimento que era objeto dessa audiência. Este representante informou que o projeto se encontrava na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo sinalizando ou rejeitando o empreendimento, sob a ótica de sua viabilidade ambiental. Acrescentou que esse parecer seria encaminhado ao CONSEMA, cujo Plenário avocaria ou não para si sua análise. Em caso positivo, observou, esse documento será analisado pelos membros desse Colegiado, os quais corroborarão ou não a indicação que a CETESB nele oferece sobre a viabilidade ou inviabilidade do empreendimento. Se reconhecida tal viabilidade, o CONSEMA concederá a licença prévia e encaminhará o processo para o Departamento de Avaliação de Empreendimentos da CETESB, para que dê continuação ao licenciamento. Lembrou que as sugestões apresentadas e os posicionamentos adotados durante as audiências seriam igualmente analisados pela equipe de técnicos da CETESB, e, no caso de serem aceitos, incorporados ao parecer. Acrescentou que se registra tudo o que é dito e que, com esses subsídios, será elaborada a ata, que será juntada ao processo. Esclareceu ainda que os interessados em contribuir para o aprimoramento do projeto terão, a partir da presente data, o prazo de cinco dias úteis para encaminhar à CETESB – ou por correspondência registrada e enviada através dos Correios ou protocolada na Secretaria-Executiva do CONSEMA ou encaminhada através de mensagem eletrônica – para enviar sua contribuição. Antes de se iniciar a etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa de consultoria responsável pela elaboração do EIA/RIMA, um participante levantou a mão e declarou que feria a ordem de inscrição porque aquilo que pretendia falar dizia respeito à segurança das pessoas que ali se encontravam, uma vez que a capacidade do recinto de abrigar as pessoas havia sido superada. O Secretário-Executivo solicitou a presença de um dos membros da equipe de segurança para avaliar efetivamente as condições do recinto. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. O Engº Jurandir Barrocal Netto, Diretor de Engenharia da Concessionária Rota das Bandeiras, apresentou o projeto, que, afirmou, se trata de extensão do Anel Viário Magalhães Teixeira – SP- 083, precisamente entre as Rodovias Anhanguera e Miguel Melhado – e que realizaria a ligação entre Vinhedo e Viracopos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Reafirmou que o empreendedor era a Concessionária Rota das Bandeiras, que detém contrato de concessão para o Corredor Dom Pedro. Acrescentou que a empresa responsável pela elaboração dos estudos era a Geotec Consultoria Ambiental, e passou a descrever, passo a passo, as etapas do licenciamento já realizadas. Pontuou quais eram os principais objetivos do empreendimento, entre os quais concluir o contorno externo de Campinas, aprovado pelo Plano Diretor do Município de 2006, e desafogar as Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Santos Dumont e Dom Pedro, precisamente no entorno da cidade de Campinas, onde se apresenta atualmente alta densidade de tráfego. Apresentou, em seguida, as principais características do empreendimento – rodovia classe zero especial, pista dupla, com duas faixas de rolamento em cada sentido de tráfego e canteiro central e acessos às rodovias. Apresentou alguns eslaides do projeto – do trevo já existente da Rodovia Anhanguera; das passagens inferior e superior que serão construídas para estabelecer ligação com o Distrito Industrial de Valinhos – e, em seguida, as principais características da região onde será implantado o projeto, dentre outras, áreas de cultivo de figo, de pastagem, de depósito de veículos, transposição do Rio Capivari, entroncamento com a Rodovia Miguel Melhado etc. Enumerou igualmente as características do trevo e esclareceu que, das doze obras de artes que serão construídas – entre as quais duas pontes de transposição do Rio Capivari; passagem superior e inferior, efetivando a ligação de um lado com o outro da Rodovia, linha de transmissão de energia e o Duto da Transpetro. Ao concluir informou que o excedente de material – da ordem de duzentos e cinquenta e cinco mil metros cúbicos – será encaminhado para o bota-fora. O Secretário-Executivo informou que, com relação à segurança, o responsável por esse serviço assegurou que ela não se encontrava ameaçada e que, como saídas de emergência, além da porta lateral pela qual todos haviam entrado no recinto, existia também outra localizada mais à frente. Declarou já ter coordenado várias audiências nesse local, às quais compareceram aproximadamente o mesmo número de pessoas, e que nenhuma situação de risco se apresentou, mas que compreendia a preocupação de todos, até mesmo porque todos os brasileiros estavam sensibilizados com a tragédia recentemente ocorrida em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o que, em hipótese nenhuma, desejava-se que se repetisse. Acrescentou que, caso venha a se configurar qualquer situação de risco, seriam adotadas imediatamente as providências necessárias para que ninguém passe mal. O Geólogo Fernando Kertzman, representante da Geotec – Consultoria Ambiental, apresentou, com detalhes, uma análise dos estudos que compunham o EIA/RIMA e que tinham como objeto os meios físico, biótico, antrópico e socioeconômico das áreas de influência direta e indireta do empreendimento. Passou-se à etapa da audiência em que se manifestam os representantes de órgãos públicas. O Promotor de Justiça Rodrigo Sanches Garcia, membro do GAEMA – Grupo de Atuação Especial e Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo, lembrou que, na audiência pública realizada em Valinhos no dia 2 último, haviam sido discutidos diversos pontos apresentados pelas pessoas que compareceram. Entre eles, observou, se chamou atenção para o fato de o licenciamento da rodovia prever plano de gerenciamento – exigência que precisa ser contemplada, dada à possibilidade de acidentes com produtos perigosos, e o fato de a implementação desse plano ocorrer em áreas de abastecimento público –, embora, ao longo da rodovia, principalmente ao lado de Campinas, exista uma série de nascentes que precisam ser protegidas, independentemente de se localizarem ou não próximas aos pontos de captação. Chamou atenção para a necessidade de se proteger os mananciais, o que confere singular importância aos projetos de contenção, de modo a se evitar a ocorrência de acidentes graves, como o que aconteceu no ano anterior que provocou o despejo, no Rio Capivari, de doze mil litros de produtos de combustível. Observou que naquela audiência havia chamado atenção também para a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

questão do bota-fora, precisamente para o mecanismo que prevê movimentação da terra, mecanismo este que precisa ser bem definido no projeto executivo, de modo a orientar a inserção, em cada etapa da construção da rodovia, de subacias de contenção, o que evita que parte dessa terra promova, em períodos de chuva como o atual, o assoreamento dos corpos d'água. Lembrou existir diretriz que permite a compensação em áreas não muito próximas, como em outro Município, por exemplo. Abordou outro problema – o aumento do fluxo de veículos nas rodovias – que, embora tenha sido debatido, precisa ser mais bem equacionado. Referiu ser preciso dimensionar o aumento do fluxo que ocorrerá com a ampliação do anel viário, dado que já existem dois gargalos no trevo da Rodovia Anhanguera que precisam ser equacionados. Pontuou que essas recuperações ambientais precisam ser feitas concomitantemente à execução da obra, de modo a não se repetir o erro cometido por ocasião da construção desse anel, cuja compensação, a despeito das medidas de mitigação propostas, até hoje não foi totalmente implementada. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Pastor Carlos Nérís Conceição, líder do Bairro Colúmbia, em Campinas, referiu que se quer a paz “para o nosso povo”, embora todos soubessem que as divisões são grandes e que, para que elas não ocorram, para que não haja prejuízos, o crescimento da região deveria se dar de forma pacífica, sem divisões. Lembrou que a população local era cultural e educadamente feliz, e que todos agradeciam a Deus por mais essa oportunidade. Djavan, vinculado à Associação Projeto Social Família, Cultural Esporte de Campinas, declarou que o maior problema atual era a saúde pública, porque ela provoca preocupação dado que envolve aspectos importantes da comunidade, como cultura, esporte, lazer, educação, além do respeito ao adolescente e ao idoso. Afirmou também que, quando um adolescente da região lhe fazia uma pergunta, sempre busca responder, mas, quando questionam esse projeto, ele recomenda-lhe procurar os responsáveis, pois só eles sabem responder. Declarou que acredita que a palavra investimento atualmente possui sentido mais amplo que o termo família, e que se faz necessário e urgente inverter esses fatos, porque, primeiro, vem a família e, depois, o investimento para todos. Declarou que lhe parece que tudo de ruim é despejado na região de Campo Belo, e que, a seu ver, tal hábito deve desaparecer. Manoel Inácio de Farias, presidente da entidade Jardim Itaguassu II, de Campinas, declarou que o grande problema dos moradores da região é que eles não querem ser desapropriados, não querem sair da área onde vivem, e que, portanto, não é justo que essa obra os atinja, até mesmo porque ela poderia ser construída em nível subterrâneo, e isso impediria que atingisse os bairros. Referiu que a população dos bairros são pessoas decentes, trabalhadoras, que pagam seus impostos, e que, portanto, não há por que desapropriá-la. Declarou que fala em nome dos moradores de toda a região, e não somente daqueles que residem no Jardim Itaguassu II. Convidou todos a interceptar a Rodovia dos Bandeirantes como protesto. José Francisco da Silva, presidente da associação dos moradores dos bairros Jardim Colúmbia e Cidade Universitária, declarou que, apesar de ter sido bonito o discurso feito pelos responsáveis pela obra, não comoveu a ninguém, porque, apesar de referir-se aos mananciais e às árvores, não fez nenhuma referência aos moradores que serão desapropriados. Enfatizou que o povo não deseja o retrocesso, mas, sim, o desenvolvimento, e entende que este só aconteceria com a participação de todos. Argumentou que os moradores sabiam que a construção da pista implicava a desapropriação dos moradores que habitavam nos dois lados. Fez referências a outras desapropriações, como as que ocorreram no Jardim Columbia, Campo Belo e São Domingos. Argumentou que o processo de desapropriação gota a gota deixou todos sitiados em determinado trecho, e que não será feito de maneira sutil “retirar todos da jogada”, ou seja, remover todos pouco a pouco. Perguntou se os responsáveis têm conhecimento dos acidentes que ocorreram no decorrer do ano passado na rodovia.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Elzito Tolentino Silva, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Itaguassu, relatou que há dezesseis anos ocorreram ocupações naquela região, e não só nas áreas onde foram construídos os bairros Jardim Itaguassu, Campo Belo e Cidade Singer. Declarou que os moradores do Jardim Itaguassu enfrentam atualmente uma situação difícil no tocante ao meio ambiente, e que há dezesseis anos seus moradores testemunham a morte das nascentes e o abandono total da região, não só porque não são asfaltadas as ruas, mas principalmente porque as florestas estão morrendo e secando o Rio Capivari Mirim e suas nascentes. Além destes, acrescentou, outros problemas surgiram ao longo do processo de duplicação do Trecho Vinhedo–Aeroporto. Ao concluir relatou que a população está solicitando também que se proceda à legalização fundiária, pois está disposta, por um lado, a reclamar seus direitos, e, por outro, a efetuar o pagamento do IPTU. Aníbio Ferreira da Silva Junior, vinculado à Associação Comercial Industrial do Entorno de Viracopos, declarou que mostraria, inicialmente, um projeto elaborado pela Prefeitura do Município de Campinas, que se chama Microzona Sete e que possui características e aspectos contrários aos nossos anseios. Por outro lado, acrescentou, esse projeto possui uma condição favorável, que é dá continuidade ao anel viário – o que na realidade não ocorre –, a partir do novo trevo de acesso ao Aeroporto de Viracopos, que inclusive permite a entrada de veículo de carga de passageiro. Chamou atenção para o incremento do trânsito que ocorrerá na Rodovia Miguel Melhado de Campos, caso seja implementado o projeto formulado pelo EIA/RIMA, pois, de acordo com ele, cairá nessa rodovia todo o trânsito oriundo da região de Bragantina. José Honorato do Santos, Presidente da Sociedade de Moradores dos bairros Jardim Campo Belo, Jardim São João e Cidade Singer – Campinas, declarou que não sabia nada sobre estradas, meio ambiente, fauna e flora, mas conhece bem o sofrimento, a fome e o ser humano. Acrescentou que foram feitas inúmeras considerações, entre as quais que a Rodovia Miguel Melhado de Campos será futuramente duplicada, o que acarretará uma série de problemas, porque parte da área em que ela será construída pertence a proprietários e outras partes a posseiros, a invasores e a pequenos comerciantes. Reiterou a solicitação de seu antecessor de que seja elaborado estudo sobre a remoção dos moradores, pois esta é a preocupação maior. Augusto Cesar Gondolfo, representante da Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies – PROESP, Seção Campinas, declarou que a pessoa mais velha que conhecia que trabalha com a questão ambiental é o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, a quem pede permissão para formular algumas perguntas. Concedida sua solicitação, pediu que levantassem os braços as pessoas que moravam nos bairros Campo Belo, Campo Belo II, São Domingos, Cidade Singer e Itaguassu. Localizou no mapa o local onde ocorreu há anos um acidente – entre os km 90 e 86 – e nomeou como antrópico o impacto que ocorrerá no lugar por ele apontado no mapa. Chamou de caça-níquel o pedágio que será cobrado em Atibaia e chamou atenção também para a necessidade de se incluir no EIA esse pedágio. Leu um trecho do EIA/RIMA que afirma que “a principal conclusão que se pode obter a partir dos estudos é que o prolongamento da SP-083, que é a Rodovia Miguel Melhado, dará continuidade ao Anel Viário Magalhães Teixeira”. Afirmou que sofre muito a população que se utiliza dessa estrada no estado atual em que se encontra e que a demanda que atrairá é da ordem de quinhentos veículos em ambos os sentidos, o que não justifica tecnicamente o investimento de cento e doze milhões de reais aproximadamente (R\$ 112.000.000,00). Mencionou alguns pré-requisitos, entre os quais a entrega do EIA/RIMA à Prefeitura Municipal de Campinas, para que esta possa fornecer certidão sobre o uso e a ocupação do solo. Referiu que a captação precisa ser mais bem analisada e o prolongamento deverá ser mais bem discutido, e sugeriu que, à semelhança da Grande São Paulo, fosse construído um grande traçado, e, não, um puxadinho aqui e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

um prolongamento um pouco mais ali. Lembrou que décadas atrás, em consequência de um acidente, um bairro inteiro foi evacuado. Márcia Correa, representante da entidade SOS Mata Santa Genebra, de Campinas, e da Resgata Cambuí, já tendo exercido a função de conselheira do CONSEMA, declarou que, de acordo com o Artigo 1º da Resolução citada no EIA, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população. Comentou que se está privilegiando novamente o automóvel, em troca da água, da qualidade de vida, da fauna e do bem-estar da população, e que, por se cometerem tais barbaridades, daqui a vinte ou trinta anos todos se sentirão culpados. Observou que, por efetivar essas mesmas práticas nefastas, a cidade de São Paulo tornou-se inviável, encontrando-se atualmente despojada das condições necessárias a um planejamento que incorpore melhorias que a façam ofertar melhor qualidade de vida. Argumentou que, embora se torne objeto de desapropriação 81% da área destinada ao empreendimento, o EIA se refere tão somente a cento e trinta e dois alqueires. Acrescentou que essa área que será desapropriada não somente será utilizada no prolongamento da Rodovia Miguel Malheiros, mas também para construção de marginais, prédios, fábricas, depósitos e tudo o que se vê nas margens das rodovias brasileiras. Consequentemente, argumentou, não possuirá espaço para a circulação dos animais e preservação das nascentes. Observou que, no que se refere às fontes estacionárias e ao considerável excesso de automóveis –, desde o ano 2010, no Estado de São Paulo, uma quantidade considerável de toneladas de monóxido de carbono já circula na cidade e, em decorrência, ocorrem problemas de saúde. Declarou que, infelizmente, não consta do EIA sobre o prolongamento uma análise acerca desse problema ou dessa questão. Referiu-se aos onze cursos d'água que sofrerão impactos com a implantação e o funcionamento da obra, com as alterações e assoreamento que ocorrerão no fluxo das águas e com a contaminação dos lençóis freáticos, impactos estes que podem ser reversíveis, embora não haja condições nem vontade política para tanto. Lembrou também os onze cursos d'água que integram parte da bacia do Rio Capivari e se referiu à ausência no EIA de dados que confirmem ou neguem sua diminuição. Reiterou não ter encontrado nos estudos a caracterização da macrofauna, fauna e da pequena fauna, o que a leva a considerar esse estudo incompleto, também por ter sido relegada a capacidade hídrica de Campinas, seu quase extinto território rural e seu maltratado, sujo e desprezado Rio Capivari, que será interceptado por uma obra de arte especial, embora a seu ver, uma obra de especial deva possuir uma estética que se possa admirar por causar deleite aos nossos olhos – uma Mona Lisa, por exemplo. Além de todos esses impactos, será desapropriada parte considerável da área afetada. Pontuou que todos devem acordar e começar a se discutir a política que torne Campinas a cidade que todos desejam. Declarou que faria a sua parte, mas de antemão afirmava que “um monte de coisas que viu no EIA não conjoinam uma obra de grande impacto”. Pontuou que todos devem pensar no transporte ferroviário, pois é inexequível do ponto de vista ambiental construir mais, abrir mais estradas, pois não existe terreno nem território para dar continuação a esse esquema, a essa filosofia do modal automóvel. Encerrando acrescentou: “ou a gente muda isso, agora, ou nada mais poderá ser feito nos últimos anos”. Paulo Alberto, representante da Associação de Moradores do Jardim Dom Gilberto e do Jardim PUCAMP, comentou, inicialmente, que, em 2010, o ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos juntamente com o Secretário Olavo Godoy enviaram à Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP projeto de prolongamento desde a Rodovia Miguel Melhado até a Rodovia Santos Dumont. Observou que os técnicos da ARTESP receberam esse projeto e o consideraram muito bom, e que se surpreendeu com o fato de que, apesar desse



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

posicionamento, não terem sido sequer elaborados os estudos ambientais. Pontuou que, se por um lado, é bemvindo o prolongamento da Rodovia Miguel Melhado, por outro tem de ser levada em conta a situação dos moradores que atualmente vivem em seus arredores. Comentou ainda que, se atualmente essa estrada já é conhecida como Rodovia da Morte em decorrência do grande número de acidentes que nela ocorre, é possível imaginar que esse número se ampliará, e muito, quando ela passar a receber parte considerável do trânsito de toda a região. Pontuou que, por esse motivo, solicitava ao Governo Municipal que não forneça à responsável pelo empreendimento os documentos indispensáveis para implementação de tal prolongamento. Alertou os responsáveis pela obra para a necessidade de se rever o projeto suprarreferido e analisar, detalhadamente, a situação das pessoas que se fixaram no entorno da rodovia, que passará a ser ponto de entrada dos veículos nessa rodovia, até mesmo por lhe parecer que a Rota das Bandeiras, com certeza, instalará pedágios no prolongamento para “pegar mais dinheiro nosso”. A seu ver, comentou, a ARTESP e o Governo Estadual devem preocupar-se, em primeiro lugar, com a população que aí se instalou e que, com certeza, será desapropriada e passará a precisar de áreas com infraestrutura para nelas construir suas moradias. Tereza Penteado, vinculada ao Movimento Resgate Cambuí, declarou que seu posicionamento foi defendido por pessoas que a antecederam em Barão Geraldo. Declarou também que todas as audiências são filmadas e tornadas disponíveis no *youtube* pelo movimento Resgate Cambui. Edson José de Santana, líder da Associação dos Moradores do Bairro Campo Belo e região, declarou que jogaram pedra na cruz, porque tudo que os responsáveis pelas obras pensam só tem prejudicado, e o povo não aprendeu porque isso aqui não é técnico, mas, sim, político-econômico, porque visa só lucro, lucro e lucro. Recordou que foram os interesses econômicos, a base do lucro, que concorreram para a aprovação da boate em Santa Maria, que foi palco de uma tragédia. Comentou que, por meio do voto, não dá para mudar o país, pois, quando as pessoas são eleitas, viram as costas para a população, cobram impostos, e, quando novamente se aproximam as eleições, novamente procura a população. Acrescentou ser necessário se ter um pouco de consciência e se começar a pensar e a refletir, porque, caso contrário, as coisas só funcionam na base do puxadinho, porque o poder econômico desse país fala sempre mais alto. José Aparecido dos Santos, representante do Conselho do Entorno de Viracopos, depois de se referir a vários aspectos do empreendimento, pontuou que os escassos investimentos feitos na região se tornaram mais graves porque a implantação de alguns acarreta prejuízos, como é o caso da duplicação da rodovia objeto dessa audiência, que afetará não só os moradores como os comerciantes que exercem atividades em seu entorno. Solicitou que, em consequência desses prejuízos que a duplicação acarretará, o órgão municipal não liberasse os documentos necessários à execução da duplicação. Evelin da Silva, representante das associações dos moradores dos bairros Vila Diva e Campo Belo II, em primeiro lugar solicitou que, na próxima audiência pública que discutir assuntos de interesse dos moradores do bairro Campo Belo, ela se realize em local que caiba muitas pessoas, pois, como normalmente sua população comparece em massa a essas audiências e reuniões, esses locais devem reunir condições para que a participação se dê de forma confortável. Em segundo lugar comentou que, à época das eleições municipais, os candidatos a prefeito asseguraram que nenhum morador seria desapropriado, o que não acontecerá, pois desde o mês de janeiro não se fala em outra coisa senão em desapropriações decorrentes da execução de rodovias ou aeroportos ou da implantação de zoneamento ambiental. Solicitou ao Vice-Prefeito Henrique Magalhães Teixeira, que se encontra na audiência, que se posicione frente ao povo e fale o que de fato está acontecendo. Referiu-se também à Escola Marisa, cujo terreno a Prefeitura liberou há dez anos, mas o Estado nunca afirmou se a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

construiria ou não. Justino da Silva, representante da Associação de Amigos do Entorno de Viracopos, depois de se referir ao que realmente afeta à população de seu bairro – o trecho da Rodovia Miguel Melhado Campos que será duplicado –, enfatizou que o projeto cortará vinte e nove bairros, de um lado para o outro, o que causa desassossego, porque em média ocorrem dois atropelamentos por dia e seis acidentes por semana, dados estes que, embora tenham sido entregues às autoridades, não as mobilizou a tomar alguma atitude, quem sabe porque, por um lado, não as interessa resolver o problema do povo da região, e, por outro, porque a região com a ampliação do aeroporto se tornou a mais valorizada da cidade de Campinas e os interesses econômicos só visam a retirada da população das áreas que serão afetadas. Sara Evangelista, líder da comunidade, declarou que sua preocupação era com a população que morava nas áreas que serão afetadas, motivo por que se interessava em ver exatamente qual será o trajeto do prolongamento e quantas residências serão demolidas. Reiterou a necessidade de se mobilizar todos os seus proprietários para que busquem informações sobre todas as obras que serão executadas. José Luiz Vieira Miller, vinculado ao Instituto Jequitibá de Campinas, referiu-se inicialmente à importância da discussão da qual participava na qual predominavam os posicionamentos da população. Referiu-se, também, à presença dos poderes constituídos e da população exigindo seus direitos, inclusive sua participação na implementação das políticas públicas. Chamou atenção para a necessidade de se discutir as questões com pés no chão, não agredindo verbalmente uns aos outros nem jogando pedra, mas não mais permitindo que os poderes e os interesses econômicos se sobreponham aos interesses da sociedade. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas que, sem representar nenhum órgão ou entidade, falam em seu próprio e exclusivo nome. Cidália Aparecida Nunes inicialmente ponderou que são as trabalhadoras as mulheres que mais sofrem com seus filhos, por conta da necessidade de deixá-los sob os cuidados de uma creche, frequentemente inexistente ou de difícil acesso, e registrou sua indignação com a situação do sistema de saúde pública, não apenas em Campinas como em todo o país. Alertou para a necessidade de se praticar o voto consciente, quando da escolha dos representantes tanto de Legislativo quanto do Executivo municipais, de modo a reinserir o município no eixo de sua verdadeira vocação e em consonância com os interesses de seu povo. Luiz Cândido de Souza iniciou por agradecer ao deputado Gerson Bittencourt, por se fazer presente, não pessoalmente, mas por intermédio de representante para tanto enviado, à audiência pública. Questionou a legitimidade, enquanto mecanismo democrático, daquele evento, e protestou pelo não atendimento às reivindicações da população campineira, desde as mais simples, como a implantação de lombadas em vias públicas, até e principalmente as mais relevantes. Lamentou a omissão dos representantes do município, em especial dos vereadores, segundo ele cegos aos anseios e legítimos pleitos populares. Registrou seu temor quanto a possíveis irregularidades intercorrentes nas contas do empreendimento, e suscitou a proximidade das eleições e os habituais conchavos políticos como possível causa dessas irregularidades. Ao final, avaliou que nem Prefeitura, nem tampouco o Estado têm legitimidade de fato para a desapropriação e remoção dos moradores da região que se pretende destinar ao empreendimento, e elencou os principais fatores a contraindicar a obra. Geraldo Alves dos Santos lembrou administrações anteriores, destacando que nunca a população de Campinas foi tão olvidada em seus interesses. Declarou ainda que, em sendo o projeto levado adiante na forma como apresentado, aliás em total desrespeito à vontade manifesta da população, cogita-se a realização de manifestações públicas que congreguem os cidadãos diretamente interessados e afetados pela obra. Rivaldo Ramos de Souza lamentou profundamente o desinteresse das autoridades pelas populações dos bairros mais carentes de Campinas, que enumerou, em especial quanto à falta de critério que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

norteava as desapropriações e a insegurança que isso gerava. Destacou a precariedade dos serviços de transporte, educação e saúde de que dispõe essa população, haja vista o desinteresse da administração em melhorar sua qualidade de vida. Afirmou que permanecerá atento ao discurso e ao posicionamento manifestado pelas autoridades locais, que, segundo ele, têm a intenção tão-somente de desocupar as áreas definidas no projeto, “roubando” assim os sonhos das famílias ali fixadas. Amauri Santa Rosa declarou conhecer bem a região sob influência do empreendimento, e asseverou a urgência de atendimento às demandas populares, especialmente quanto à moradia, saúde, transporte e educação. Informou que as famílias proprietárias de sítios na região sobrevivem do que neles produzem, orgulham-se de residir naquele local e de modo algum sustentam a pretensão de, após valorizadas, desfazer-se de suas propriedades, vendendo-as ao grupo empreendedor. Narrou que sua família ali vive há cerca de cinquenta anos, e enalteceu as qualidades naturais da região. Apresentou o pleito de ver o resultado dos investimentos que vêm sendo feitos no entorno do empreendimento permanecer nesse mesmo entorno, e que as verbas compensatórias fossem ali empregadas. Discorreu sobre a importância da área sob influência da obra, na qual se encontram cerca de trinta propriedades rurais, e defendeu fosse o projeto, posto que inevitável, conciliado com as necessidades locais. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. O vereador Pedro Tourinho Filho começou parabenizando a população do bairro de Campo Belo, que mobilizou-se para registrar seu comparecimento à audiência, e fez votos de que a expressiva presença ao evento venha a se reproduzir em eventos futuros. Opinou que, em virtude mesmo de referida presença, testemunho do interesse efetivo da população em assunto que lhe diz de perto respeito, era razoável que aspectos polêmicos do projeto fossem revistos à luz agora de um diálogo mais aprofundado, como há de se esperar de um processo que se declara democrático. E colocou-se disponível para, na medida de suas forças, colaborar com a discussão acerca do empreendimento, de modo que o que houver por bem deliberar-se não venha a violar direitos ou trazer prejuízos ao bem-estar da população campineira. O também vereador Luiz Carlos Rossini denunciou que o EIA-RIMA não considerou a proposta de prolongamento do Anel Viário Magalhães Teixeira, situado em área mais do qualquer outra carente em importantes aspectos. Avaliou por demais exíguo o prazo em que transcorre o licenciamento ambiental, insuficiente a uma adequada abordagem de todos os temas que lhe dizem respeito, como, a título de exemplo, a interface deste que se discute com outros megaempreendimentos em curso, como a Ampliação do Aeroporto de Viracopos e o TAV-Trem de Alta Velocidade, ambos extremamente impactantes. Pontuou que o prolongamento da obra até Anel Viário da Rodovia dos Bandeirantes invade área urbana, induzindo a mais e desnecessárias expropriações, e protestou contra a expropriação – quer parcial, quer total – de diversas propriedades rurícolas, muitas delas seccionadas pela rodovia, suscitando problemas relacionados com a passagem de um para outro lado das mesmas. O vereador Carmo Luiz Gregório agradeceu e parabenizou a população pela massiva presença ao evento, índice inquestionável de seu interesse pelos assuntos que diretamente lhe dizem respeito. Teceu uma série de considerações acerca do contraste que se manifesta ao confrontarmos os legítimos interesses da população com a necessidade também irretratável de impingir um apropriado ritmo de desenvolvimento ao município, sempre à luz do pressuposto da sustentabilidade. Discorreu, *en passant*, sobre as necessidades básicas de grande senão a maior parte dos munícipes, quais sejam aquelas pertinentes à saúde, saneamento básico e educação, entre outras. Conclamou todos a se alinharem no propósito irrenunciável de se buscar sempre a manutenção da qualidade de vida da população. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Rogério Menezes, Secretário do Verde e do Desenvolvimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Sustentável de Campinas, ressaltou a importância do momento que vive o município, celebrou a presença tão expressiva de populares e autoridades ao evento, todos voltados para a melhor solução ambiental para o projeto em discussão, e garantiu que o prefeito municipal, que acompanha de perto este como outros projetos igualmente relevantes, cumprirá todos os compromissos de campanha, inclusive e principalmente os relacionados à agenda ambiental. Asseverou que a municipalidade aplica os mais rigorosos critérios na concessão de licenças ambientais, e que o projeto ainda sofrerá alterações, tantas quanto necessárias, antes de assumir sua forma final. Passou-se à etapa em que tem lugar as réplicas e esclarecimentos do empreendedor e equipe consultora. O engenheiro Jurandir Barrocal Netto, Diretor de Engenharia da Concessionária Rota das Bandeiras ofertou, em síntese, os esclarecimentos que seguem. Em primeiro lugar, garantiu que as duas fases do prolongamento da SP 083 contratadas seriam integralmente cumpridas, muito embora não reunisse condições, naquele momento, de prestar maiores esclarecimentos acerca de especificações técnicas do projeto, como no que diz respeito à eventual necessidade de duplicação de trecho da via, e assegurou que não seriam feitas desapropriações nos bairros de Campo Belo e São Domingos. O geólogo Fernando Kretzman, integrante da equipe responsável pela elaboração do EIA-RIMA, indicou, com o auxílio de transparências, as regiões que receberão de modo mais significativo os impactos ambientais. Relatou haver sua equipe mapeado os locais objeto de restrições ambientais, de forma garantir que a obra não se espraiasse para além dos limites autorizados pelo zoneamento, evitando assim possíveis desapropriações na área urbana e limitando-as, na medida do necessário, estritamente à área rural. Dissertou acerca das propriedades que serão seccionadas pelo traçado da rodovia, e esclareceu aspectos relacionados às áreas de influência direta e indireta do empreendimento, salientando ao final que, muito embora considerasse inexistentes os impactos diretos, assentia em que haveriam de fato impactos indiretos sobre os habitantes daquelas áreas. Asseverou, quanto à preocupação manifestada acerca dos acidentes com vazamento de produtos perigosos, contabilizados em grande número na região, tratar-se via de regra de transporte irregular senão ilegal, normalmente feito por caminhões sem qualquer condição de segurança, e propôs à CETESB, em colaboração com o Ministério Público do Estado de São Paulo, a implementação de planos de combate efetivo desse transporte irregular. Ao final, declarou que os estudos contém detalhados inventários dos corpos d'água, da fauna e da flora, e que restava portanto debruçar-se sobre os esses mesmos estudos de sorte a aparar-lhes as arestas, levando o empreendimento a uma condição de perfeita sustentabilidade. Flexibilizando o rigor regimental da reunião, na medida em que esta o permitia, o Secretário-Executivo do CONSEMA oportunizou a outras mais pessoas o uso da palavra. Inicialmente, o senhor Gandolfo indagou, do representante da consultoria responsável pelos estudos, em que parte do EIA-RIMA era descrito o impacto antrópico. Foi ainda questionado, desta vez por outro cidadão, como será precisamente equacionado o representativo aumento do trânsito de veículos na Rodovia Miguel Melhado, no ensejo do que apresentou-se alternativa para o traçado da SP 083. Fernando Kretzman, após antecipar que os questionamentos que eventualmente não vieram à luz no curso daquela audiência poderiam ser encaminhados posteriormente, em momento oportuno, esclareceu que o procedimento licenciador ainda percorre a etapa do licenciamento prévio, e que nesta fase são reunidas todas as dúvidas e acolhidas as sugestões, de modo a responde-las às primeiras e adotar as segundas, enquanto e na medida em que pertinentes. Sobre a questão relativa ao transporte de produtos perigosos, lembrou que a CETESB conta com especialistas para o aprofundamento do tema. Antecipou entretanto que, uma vez elaborado pelo empreendedor um plano de ação de emergência, este é encaminhado à CETESB, que elabora as exigências necessárias ao seu aprimoramento, e que,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

somadas às contribuições apresentadas durante a audiência pública e no prazo que autoriza o regimento e às manifestações de outros mais órgãos públicos, como o IPHAN, os comitês de Bacia e as prefeituras municipais na região sob influência da obra, dará ensejo ao projeto em sua forma final. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, esclareceu que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tais contribuições deveriam ser encaminhadas ou pelo correio eletrônico, por meio do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br, ou através dos Correios ou, ainda, serem protocoladas diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.